



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) **Ata da 189ª reunião ordinária, realizada em 10 de março de 2021**

Em 10 de março de 2021, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Bernardo Silviano Brandão Vianna, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Maria Angélica de Andrade Vasconcelos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Juliano Alves Pinto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Mônica Dietrich, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Flávio Ottoni Penido, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Pegge Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Regina Célia Fernandes Faria, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Thiago Torres Costa Pereira, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Guilherme Lana Pimenta, da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo Ribeiro, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A secretária executiva Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida declarou aberta a 189ª reunião do Plenário do COPAM. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** A Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida/SEMAD: “O governo de Minas homologou, na semana passada, a sua primeira concessão pública da gestão do governador Romeu Zema. A licitação na área ambiental se refere às atividades de ecoturismo e de visitação dentro do Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc). O consórcio Gestão Parques MG - Urbanes - B21 foi declarado vencedor do certame e será responsável por um investimento de R\$ 12 milhões em melhorias estruturais e reformas dos espaços que integram a Rota das Grutas Peter Lund, um conjunto de três unidades de conservação gerenciadas pelo IEF: Parque Estadual do Sumidouro e Monumentos Naturais Estaduais da Gruta Rei do Mato e Peter Lund. O contrato de licitação, no valor de R\$ 294,6 milhões, terá validade de 28 anos e vai permitir uma economia de R\$ 4 milhões por ano aos cofres públicos com gastos de manutenção nas unidades, além da geração de cerca de 120 empregos diretos e de 2 mil empregos indiretos.” **Exibição de vídeo institucional**. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Dando continuidade à nossa pauta, ainda nos informes iniciais, a programação do Mês da Água para 2021. ‘Celebrado em 22 de março, o Dia Mundial da Água terá em 2021 a programação estendida ao longo de todo o mês para destacar as ações e as iniciativas pela conservação dos recursos hídricos. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) preparou uma série de eventos, dentre eles, cursos, palestras, webinars, seminários, para discutir a importância da preservação dos mananciais, da gestão de recursos hídricos e da segurança hídrica. As ações são coordenadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas IGAM).’ Vamos passar um breve vídeo com a programação” **Exibição de vídeo institucional**. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nesses dois informes, destacar o protagonismo, no primeiro, do Instituto Estadual de Florestas, na pessoa do seu diretor presidente Antônio Malard, na concessão da Rota Lund, nessa primeira entrega importante do Sisema, no projeto estratégico Parc, que é um projeto da carteira do governador. E parabenizar o Marcelo também pela organização desse evento, que na verdade não é só um evento, mas um processo de construção e qualificação da política de recursos hídricos no Estado, na programação inovadora do Mês da Água de 2021. Eu queria aproveitar e anunciar a realização do 24º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, que ocorrerá em Belo Horizonte no final deste ano, com o tema ‘Água em pauta - Múltiplas dimensões’. O evento vai ocorrer de 21 a 26 de novembro e já está com inscrições abertas para uma série de eventos técnicos e outras programações. O Simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos é conhecido nacionalmente como o principal evento técnico na área de recursos hídricos no Brasil, e este ano será sediado no Estado de Minas Gerais. Então eu convido a todos os conselheiros também a conhecerem a programação do simpósio.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu vou ler uma nota de repúdio à construção do Rodoanel/Rodominério. É um assunto que está diretamente relacionado ao Conselho de Política Ambiental, pela repercussão que já está acontecendo na sociedade. Eu me recordo de que na reunião anterior, quando esse assunto foi trazido, foi dito pela secretária que essa questão estava em momento de consulta pública, que passaria por um processo de licenciamento, em que haveria oportunidade para discussão em relação aos impactos ambientais e às mitigações. Naquela ocasião, eu falei da necessidade de se avaliar a viabilidade socioambiental a partir de um estudo de impacto ambiental, que teria que ter sido apresentado à sociedade, e que havia uma total inversão de ordem. E eis que nos deparamos – e eu me deparei mais recentemente – com o Decreto 441, de 15 de outubro de 2020.

Naquela ocasião, quando ainda não havia o acordo assinado na Justiça, já declarou de utilidade pública para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão terrenos necessários à construção do Rodoanel. Com a delimitação, já estão declarando de utilidade pública para desapropriação. E assim a pergunta que fazemos é: para que serve mesmo a consulta pública que está acontecendo? É meramente para cumprir um rito? Já que tudo foi decidido pelo governo antes. Isso é assombroso, tem que ficar registrado, são muitos grupos e muitos cidadãos que estão se articulando para dizer não a esse Rodoanel, a essa construção feita pelo governo de forma unilateral. Então eu vou ler a nota de repúdio de um desses grupos, que é o Movimento Serra do Rola-Moça Sempre Viva: 'Como legítimos representantes da sociedade civil organizada e de instituições de destacada atuação na área de meio ambiente, na busca da sustentabilidade ambiental necessária como condição material objetiva para viabilizar a vida social e ecológica, as pessoas e entidades abaixo elencadas vêm a público manifestar com grande indignação seu repúdio e discordância ao projeto de implantação do Rodoanel proposto pelo governo do Estado de Minas Gerais. É uma proposta criada de maneira unilateral, precipitada, irresponsável e imprudente. É um projeto derivado de um crime da mineradora Vale S/A, em Brumadinho, o que por si só é inaceitável. Seu outro objetivo é atender a soluções para o tráfego na contramão de outras alternativas com maior viabilidade socioambiental e claramente com o objetivo de atender determinados setores econômicos, como o tráfego de caminhões das mineradoras. Assim sendo, será na prática, 'Rodominério', como já está sendo chamado. Ademais, o projeto do Rodoanel proposto pelo governo de Minas Gerais ignora o caráter imprescindível do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça para o Estado, para os municípios e para a biodiversidade. Esse parque é a terceira unidade de conservação em área urbana mais importante do país. Ignora e sacrifica os mananciais que abastecem a cidade de Ibirité e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre eles, o manancial de Taboões. Ignora e sacrifica as 400 famílias que vivem da agricultura na região do Capão da Serra, que quando somada a outras regiões que compõem o cinturão verde em Ibirité totalizam aproximadamente 1.000 famílias. Ignora a fauna e a flora, a Mata Atlântica, com característica semidecidual e fitofisionomias, Cerrado típico - stricto sensu - e campo Rupestre Ferruginoso. Ignora e sacrifica as cavernas, as quais são protegidas por lei federal. Ignora e sacrifica os sítios arqueológicos presentes na região e as outras áreas protegidas na cidade, como as APes (Áreas de Proteção Especial Estadual) e áreas de reconhecimento internacional como a Reserva da Biosfera do Espinhaço e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Ignora que todas as cidades da região metropolitana já foram conectadas por linhas de trens de passageiros transportando o povo. Para melhorar a mobilidade, o justo e necessário é resgatar as linhas de trens e ampliar o metrô para a região metropolitana. E, acima de tudo, continuar preservando o meio ambiente. Se for construído, o Rodoanel levará Belo Horizonte e RMBH de uma situação de crise hídrica à exaustão e colapso hídrico. Sendo assim, tendo em vista a forma com que está sendo conduzido tal projeto, com audiências públicas em plena pandemia, requer a suspensão das mesmas e a interrupção deste projeto de morte. Assinam este manifesto: Pedro Cardoso de Oliveira, Maria Luzia Marques da Silva, Geisa Gabriela da Silva, Décio Rodrigues, Josiane de Souza Menegazzo, Henrique Lazarotti de Oliveira, Frei Gilvander Luís Moreira, Gessy Rodrigues S. Fernandes, Maria Matias da Silva, Adriana Araújo, Centro de Ecumênico de Estudos Bíblicos e Movimento pelas Serras e Águas de Minas.'"

Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheira, pela sua manifestação. Está registrado o seu comunicado. Como eu já informei na reunião passada, a Lidiane está aqui presente representando a Seinfra, e nós estamos em um momento de consulta pública, aberto a diversas contribuições, de diversos setores. Temos nos reunido com instituições que têm nos procurado, não só nós, mas

especialmente sob liderança do secretário Fernando Marcato, neste momento. Toda a equipe da Seinfra tem dialogado muito de perto e ouvindo propostas de alternativas do setor ambientalista e especialmente de ONGs representativas da região, representantes de moradores dos condomínios também da região da Alça Sul. No momento oportuno, esse projeto – após todo o momento de escuta pública, de audiências que já estão acontecendo – será objeto de análise do processo de licenciamento ambiental, de um estudo de impacto ambiental. Nós permanecemos aqui à disposição, como já estamos – e outras instituições – também para receber aquelas pessoas que subscrevem essa carta junto com a senhora, para discutir algum ponto específico, tecnicamente embasado.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Eu queria só deixar a Sra. Maria Teresa mais tranquila, porque as audiências estão acontecendo exatamente para esse fim, para coletar opiniões das prefeituras, das ONGs, da sociedade civil como um todo. Estamos completamente abertos, já discutimos isso aqui na última reunião do Plenário. A Seinfra se coloca mais uma vez à disposição de qualquer pessoa, de qualquer interessado que queira participar da construção. De forma alguma estamos construindo isso unilateralmente. Quanto à área mais sensível do ponto de vista ambiental, já estamos em conversa com ONGs, que já nos apresentaram alternativas locais. Estamos estudando essas alternativas, construindo a quatro, seis, dez mãos. E estamos abertos, à disposição, Maria Teresa, para quaisquer esclarecimentos e propostas técnicas para que possamos nos aprofundar nos estudos. De forma alguma queremos impactar fora da legalidade.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Sobre a construção da Rota Lund, falar que, no entendimento da Amda, é um caminho interessante. Nós achamos que pode melhorar muito a gestão dos parques. Lembrando, inclusive, que a competência institucional permanece com o IEF, ou seja, é uma concessão apenas. As experiências que tem mundo afora são muito positivas, e espero que aqui aconteça também. Mas uma coisa que me chamou atenção na fala do governador, ele inicia falando dos recursos que serão destinados. Eu entendi que ele anuncia que agora teremos mais recursos para educação, saúde e segurança. A minha pergunta é esta: esses recursos que serão economizados com o acordo não deveriam ser distribuídos nas unidades de conservação extremamente carentes pelo Estafo afora, cujo potencial de concessão é muito pequeno, por diversos fatores? Talvez eu tenha entendido mal. Se entendi de forma correta, eu gostaria de ouvir de vocês. E parabenizar o IGAM, na pessoa do Marcelo, que conhecemos muito bem, de longa data. O Marcelo é um cara do bem, e eu o parabenizo pela programação. Espero que adicionemos mais coisas positivas na gestão da água em Minas.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “A fala do governador no vídeo é, obviamente, uma visão do governo, em que temos buscado eficiência em todas as ações do governo do Estado, não só na área ambiental, mas na área da saúde, na área da educação, na área de infraestrutura. E a eficiência, de fato, possibilita investimentos que há muito tempo não eram feitos. Primeiro, ele cita essas que são três áreas essenciais, do ponto de vista de política pública amplamente dizendo. Mas o que temos visto? Ontem, nós soltamos um vídeo em que o Luiz, representante da Ancat, que é a Associação Nacional dos Catadores, falando o que foi a retomada do pagamento da Bolsa Reciclagem para essa categoria. Desde 2016, não havia pagamento nenhum. O Centro Mineiro de Referência em Resíduos foi acabado nos últimos anos, e você sabe como o Centro Mineiro de Referência em Resíduos foi um espaço importante para gestão, discussão e ações efetivas de resíduos sólidos no nosso Estado. Eu estou abordando isso porque, de fato, a eficiência em algumas ações ou redução de custos em algumas ações parte da aplicação do que conseguimos economizar com uma gestão mais eficiente nas prioridades de Estado. De fato, essa é a função do governador, e ele o faz com muita competência, olhar a demanda da sociedade, das áreas prioritárias – educação, segurança pública e saúde.

Mas dizer com esse exemplo da retomada da Bolsa Reciclagem da sensibilidade deste governo de retomar. Vamos agora para R\$ 5,5 milhões, com os mais de R\$ 750 mil que foram liberados hoje, de pagamento de Bolsa Reciclagem. Então se vamos economizar R\$ 4 milhões no custeio da área de visitação pública, como você muito bem disse, nós temos a responsabilidade da gestão institucional e das áreas que não são de visitação pública, nós estamos priorizando o investimento na área de meio ambiente, seja no IEF, seja na Fundação Estadual do Meio Ambiente, seja no IGAM, seja na Secretaria. E é esse o equilíbrio que nós, como gestores, temos que fazer em todo esse processo. Então te respondendo e justificando o porquê dessa abordagem e referenciando aqui hoje o grande cuidado e a grande atenção que temos do governo e do governador na pauta ambiental no Estado de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu cometi uma indelicadeza no início da reunião, não falei publicamente, mas nós estamos aqui de volta com o nosso procurador Adriano Brandão, de volta à SEMAD para nos ajudar nos temas jurídicos importantíssimos do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ele volta para compor o time conosco. Adriano, eu falei isso quando cheguei, é uma honra ter você aqui conosco novamente. Eu queria só fazer esse registro para todos os conselheiros, que conhecem, de fato, o trabalho brilhante que o Adriano fez. Ele retorna agora para continuar fazendo conosco frente a SEMAD.”

4) EXAME DA ATA DA 188ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 188ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 10 de fevereiro de 2021. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, Secult, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Segov, SEF, Crea, PMMG, MPMG, ALMG, MMA, AMM, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Ibram, CMI, ProMutuca, Amda, EPA, Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg, OAB e ABRHidro. Abstenção: Abes. Ausências: Sede, Cedec, ACMinas e Fetaemg. Justificativa de abstenção. Conselheira Pegge Sayonara Mendes: “Eu vou me abster porque eu não consultei sobre a ata.”

5) ENTREGA DO PRÊMIO NATUREZA GERAIS 2020. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Realizada a cerimônia de entrega do Prêmio Natureza Gerais 2020, que teve os seguintes vencedores. Prêmio de melhor ação ou projeto ambiental. Órgãos ou entidades públicas: Polícia Militar de Minas Gerais, com o Progea - Programa de Educação Ambiental. Setor produtivo: ArcelorMittal, com o Plano Diretor de Águas de Juiz de Fora. Sociedade Civil: Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca), com o Corredor Ecológico do Vale do Mutuca (Cevam). Prêmio Exemplo em Cidadania Ambiental: professor doutor José Roberto Soares Scolforo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla). Foram realizadas ainda apresentações dos trabalhos vencedores. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no site da SEMAD.

6) CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Apresentação: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O presidente da Fiemg, Flávio Roscoe Nogueira, também conselheiro do Plenário do COPAM, fez apresentação sobre as contribuições da indústria de Minas Gerais ao desenvolvimento sustentável. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu confesso que fiquei muito surpreso com essa apresentação que vi aqui hoje, porque eu sabia que vinha muita coisa, mas não sabia que vinha isso tudo que foi apresentado. E alguns pontos me chamam atenção. Há não muito tempo discutíamos Quadrilátero Ferrífero na Câmara de Proteção à Biodiversidade, e um número preliminar que eu tinha conseguido na estatística precária, só buscando unidades de conservação grandes etc., me dizia 20% conservados, 30%, e isso já me fazia pensar que eram áreas demais e termos de conservação. E esse número que o senhor traz hoje – para mim, bastante condizente com a realidade – é impactante. É a percepção que eu tenho. E ali dentro não estão as unidades de conservação em si.

Então nós temos que somar mais uns 15% do Quadrilátero em áreas de conservação. Chega ao sentimento que nós que somos do mercado temos de que hoje o que falta no Quadrilátero são áreas para desenvolver empreendimentos e não áreas para conservar. Estamos vendo a dificuldade que a própria estrutura do Estado está tendo para encontrar um traçado adequado para o tão necessário Rodoanel do entorno de Belo Horizonte. Um outro aspecto que eu achei muito impressionante, uma virada de perspectiva que eu sempre mantive comigo, que é essa ideia de que nós não temos que pensar no pouco que resta da biodiversidade, no pouco que resta de floresta, mas conservar, situacionalmente, aquilo que está localizado aqui ou ali. Sempre achei que deveríamos pensar mais além e enxergar como plantar a biodiversidade futura. Agora é muito impressionante que você já trouxe isso aqui de maneira concreta, já em elementos realizados em termos de situações reais que aconteceram. E de resto eu tenho impressão – até por uma colocação aqui no chat –, eu acho que a coisa mais elementar e mais fundamental que transparece dessa apresentação para mim é que o meio ambiente foi internalizado como business principal, como business. E não só das indústrias, o meu segmento também, o parcelamento de solo hoje, o desenvolvimento urbano tem de ter meio ambiente internalizado, senão você não vende. Agora, dizer que, efetivamente, o meio ambiente foi internalizado como parte do business principal, isso é descomunal. E aí começa a chegar a outro ponto que é extremamente importante, o meio ambiente começa a ser um negócio por si só. Isso é muito bom, conseguirmos fazer a conservação render financeiramente. Aí ela se multiplica, vira geradora de emprego. Eu acho que esse caminho está começando a aparecer para Minas Gerais. Mas a síntese do que eu coloco é essa. O nosso segmento é pequeno, acho que nenhum loteador se enquadraria em classe de grande indústria. Os maiores, mesmo o grupo Alphaville, da média indústria. Mas ficamos muito satisfeitos de poder perceber esse tanto de realizações concretas. Nós temos as nossas também, mas certamente em escala muito menor e muito mais localizadas, voltadas para a área urbana. Isso que foi apresentado aqui, na minha percepção, é um negócio de abrangência do Estado como um todo e que precisa ser falado. Porque eu mesmo, que já frequentei muito o espaço de indústria, não tinha a visão disso tudo. É muito importante trazer isso aqui.” Conselheiro Flávio Ottoni Penido: “Em primeiro lugar, parabenizar o Flávio Roscoe por essa brilhante apresentação e complementar, inclusive, com um dado bastante importante sobre a mineração. Nós temos um dado aqui, segundo a Universidade de Viçosa, de que temos 70% das áreas preservadas, sendo que no Campo Rupestre, acima de 1.000 m, 83% são áreas preservadas, e isso, principalmente, pelas minerações, como foi citado pelo Flávio Roscoe, que atuam aqui na região. De fato, quando se fala em mineração, muitas vezes, se tem uma visão de dano ambiental, mas nós não podemos nos esquecer de que uma mineração hoje não é possível operar sem sustentabilidade. Inclusive, essa é uma demanda mundial. Os órgãos financiadores internacionais exigem que todas as minerações que pleiteiam algum financiamento estejam perfeitamente enquadradas no ISG (Índice de Sustentabilidade Global).” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria agradecer ao presidente da Fiemg, conselheiro Flávio Roscoe, pela apresentação. De fato, é muito importante que todos os setores tenham a oportunidade de demonstrar neste Conselho de Política Ambiental como vêm contribuindo para a sustentabilidade do nosso Estado. Nunca antes houve um presidente da Fiemg participando do Conselho de Política Ambiental. Esta é a segunda reunião em que o senhor está aqui conosco na posição de conselheiro, e isso, de fato, reforça que o tema ambiental hoje é um tema prioritário na indústria do Estado de Minas Gerais. Eu gostaria de agradecer o seu apoio a este Conselho, à Política Ambiental do Estado e agradecer a apresentação e esclarecimentos que você teve oportunidade de trazer a este Conselho.” Flávio Roscoe Nogueira/Fiemg: “Eu quero

agradecer a todos os conselheiros a atenção e o carinho com que escutaram. O que queremos levar às vezes é uma versão diferente do que temos acostumado sempre a ouvir, do setor produtivo como fonte de degradação. O que nós queremos é mudar essa realidade e mostrar que o setor produtivo é na verdade a maior fonte de preservação dos nossos recursos naturais. E isso tem sido o feito recente, mas, infelizmente, pouco percebido pelo conjunto da sociedade. Então passa a ser nossa missão agora divulgar as melhores práticas. É claro que estou dando aqui exemplos, e exemplos são feitos para serem seguidos. É o que temos procurado fazer, liderar a indústria através do exemplo, seja na governança, seja adotando as melhores práticas, seja incentivando nas melhores ações possíveis. E quero agradecer a todas as entidades parceiras, porque não construímos isso sozinho, construímos com várias outras, inclusive com o Ibram, o Sindixtra e todos os sindicatos e os setores produtivos que compõem a Fiemg e também vários parceiros da sociedade civil que nos ajudam nesta trajetória. Quer dizer que esta é uma trajetória construída por todos vocês que fazem parte do COPAM, mas é uma trajetória a qual temos orgulho de mostrar. E com certeza não era o cenário da indústria de 20 ou 30 anos atrás, mas é o cenário de hoje. Então não tinha como deixar de mostrar essa grande evolução, da qual todos os senhores fizeram parte. E não podemos negar a evolução. E, claro, como tudo na vida, sempre pode evoluir. Mas para que possamos evoluir temos que reconhecer o que foi feito, as bases nas quais estamos hoje e para onde devemos ir no futuro. A indústria está aqui à disposição da evolução para contribuir ainda mais com a sustentabilidade da nossa sociedade.”

7) PROJETO PLANTANDO O FUTURO. Apresentação: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Paulo Eugênio de Oliveira, da Codemig, fez apresentação do Projeto Plantando o Futuro. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu agradeço a apresentação e, diante do adiantado da hora, sobre a qual não vou fazer considerações. Nós já colocamos para a SEMAD de forma bem clara que queremos primeiro saber quanto foi gasto de dinheiro público. Nós precisamos saber o total de recursos envolvidos e a fonte de cada um. Gostaríamos de saber o local onde foram plantadas as mudas e as suas coordenadas. Nós gostaríamos de verificar in loco. Nós gostaríamos também de ter acesso ao Plano Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas, como reza o decreto anunciado, que estabelecia prazo de 60 dias para a elaboração do plano. Eu fico impressionada com a qualidade do trabalho sabendo das dificuldades que enfrentamos no que se refere a recuperação de áreas degradadas. Então são essas informações que nós gostaríamos de ter.” Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Eu tenho um conhecimento limitado. Eu tive até bastante tempo para estudar esse programa, focamos nossa atenção em algumas coisas, e outras podem passar batido. No caso dos gastos totais, vários desses convênios aqui têm contrapartidas. Os dois principais convênios são o do Instituto do Espinhaço e o do CFFV. O Instituto do Espinhaço não tem contrapartida financeira, só que tem uma contrapartida de trabalho. Então não foi feita uma quantificação dos recursos que corresponderiam àquele trabalho que eles teriam. É difícil falar o quanto que essas instituições parceiras, em alguns casos, gastaram. Em outros casos, tem isso por escrito, mas eu não tenho esse somatório. Para o CFFV foram repassados R\$ 5,89 milhões, e eles fizeram a parte de plantio com os pequenos proprietários, as famílias, pequenos agricultores; e eles fizeram uma quantificação de R\$ 3,9 milhões. Era o trabalho deles nesses três anos. Foi uma quantificação de quanto responderia esse total. Da contrapartida da Epamig estava previsto o repasse de R\$ 252 mil. No convênio inicial, a contrapartida deles era de R\$ 300 mil, referentes ao salário das pessoas. Nos três anos, eles tinham engenheiro, pessoal de viveiro, pessoal de plantio de muda. É o salário deles que foi colocado como contrapartida. Ao IEF Reflorestamento não houve repasse, foi só uma

transferência de mudas. O IEF Insumos, se estou bem lembrado, não teve contrapartida. Eu posso estar enganado e vou levantar essa informação e te passar depois. A Biodiversitas também não teve nenhuma contrapartida. O Grupo Dispersores também não teve contrapartida e devolveu R\$ 400 mil. A Siriema tem um contrato por medição, feito conforme a administração pública, conforme a Lei de Licitação. O CFFV com a Cemig teve a mesma ideia do CFFV em que foi feito plantio. São dois convênios do CFFV. Um foi feito na Bacia do Rio Doce, no Norte de Minas, Sul de Minas e Triângulo Mineiro. A contrapartida foi de R\$ 3 milhões, mas eles quantificaram o trabalho das famílias que iriam fazer o plantio. Com o CFFV a intenção era essa também. Com o GPA a Codemig gastou os R\$ 77 mil para ajudar a construir o viveiro, e eles realmente construíram. Só que a empresa contratada não fez a parte dela. De todos os contratos que foram feitos, foram gastos apenas R\$ 26 milhões. Isso é muito pouco em relação àquilo que se pretendia. A sua outra pergunta é sobre as coordenadas. Nós temos isso no portal da GeoCodemge, onde colocamos as coordenadas. Só que quando você pesquisa algumas áreas você não consegue ver aqueles pontinhos brancos. Quando se faz plantio de mudas tem aquele pontinho branco, que é o coroamento. São pontinhos brancos que são vistos à distância e estão a mais ou menos 3 metros um do outro. E não se consegue ver em alguns momentos, porque o satélite não passou naquele momento. Então tem muitos plantios que a gente não consegue ver. Mas as coordenadas estão todas na GeoCodemge. Quanto à questão do Plano Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas, é uma questão difícil responder porque eu realmente não participei da parte política do Plantando o Futuro no início. Eu entendi que foi feito o decreto para fazer o plano estadual, que resultou no Plantando o Futuro. Eu posso estar enganado, mas entendo que o Plantando o Futuro resultou dessa iniciativa de fazer o plano. Eu não tive acesso ao plano, até procurei bastante na internet e no governo. Não existe um Plano Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas, eu entendi que o Plantando o Futuro é o que resultou desse decreto desse Grupo de Trabalho que foi formado. Mas, eu volto a dizer, os recursos nós podemos dizer que foram bem gastos. O projeto era muito ambicioso, e eu acho que eram muitas instituições que estavam comprometidas a fazer o projeto. Eu acho que a coisa foi diminuindo de importância. Sinceramente, não sei por que, não acompanhei, não tenho tantas informações para passar sobre essa época, as negociações que aconteceram. Como eu falei, são 70 projetos que foram analisados e só dez foram fechados. Não houve a amplitude que nós queríamos que tivesse, mas eu posso garantir que os recursos foram bem gastos. Pelo menos na parte de prestação de contas que eu estou coordenando. Está faltando fechar a do Espinhaço, que teve muito problema com a pandemia. O resto está muito tranquilo, bastante tranquilo mesmo.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Nós gostaríamos de ter acesso aos editais de licitação de todos esses projetos, que suponho que obedeceram à lei. E gostaria de saber o seguinte, porque R\$ 26 milhões é muita grana. Nós queremos saber se esse programa realmente foi auditado pela Codemig. Para nós, ‘bem gasto’ significa ‘estão em processo de recuperação X hectares’. Nós queremos saber onde estão e a situação de cada um deles. Se não houver uma correlação entre o dinheiro gasto e as áreas plantadas certamente se pode apontar má gestão do recurso público.” Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “No caso do Instituto Espinhaço, por exemplo, nós estamos fazendo um levantamento bastante mais preciso do que foi feito para o CFFV. Estão sendo visitadas todas as áreas que eles plantaram. Houve talvez uma desconfiança agora no final desse processo de prestação de contas. Do CFFV eu não consegui fazer uma amostragem de áreas que pudesse dizer que tem ou não as áreas plantadas. Eu visitei uma grande quantidade, só que esses dois projetos, principalmente, o Espinhaço e o CFFV, acompanhar o plantio das mudas estava a cargo da equipe anterior. Então tem coisas que eu não consigo responder. Nós

estamos fazendo um levantamento agora do Instituto Espinhaço, que ainda não fechou as contas. Por exemplo, quanto ao da Epamig, eu estive lá. A Epamig conseguiu plantar 36 mil mudas e estava pretendendo plantar 40 mil. Então os dois maiores são o Veras e o Espinhaço. Eu estou fechando o relatório final do Plantando o Futuro e, quando fechar, coloco no nosso arquivo, o faço com bastante transparência e coloco todos os editais, documentos que cumprem a questão da administração pública e faço referência a todos eles no projeto.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Paulo, inclusive, se você permitir, eu vou passar os seus contatos para a conselheira Maria Dalce, que pode tirar alguma dúvida mais específica e solicitar informações direto a você.” **8) LOGÍSTICA REVERSA EM MINAS GERAIS. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Item sobrestado devido ao adiantado da hora. **9) PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA). Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Item sobrestado devido ao adiantado da hora. **10) ENTREGA DO SELO SEMAD RECOMENDA 2020 E LANÇAMENTO DO EDITAL 2021. Apresentação: SEMAD.** Realizada a cerimônia de lançamento do edital 2021 do Selo SEMAD Recomenda e de entrega da premiação de 2020. As seguintes ações foram certificadas pelo Selo SEMAD Recomenda 2020: – Projeto Dê Alças à Reciclagem; – Grupo Ecocultural Pé no Chão; – Projeto Bicudo; – Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente; – Plano Diretor de Águas da ArcelorMittal; – Projeto Gestão de Resíduos Sólidos da ArcelorMittal; – Estação Ciência Anglo American / Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço; – Programa Mucuri Socioambiental. Foi feita exibição de vídeo sobre as ações certificadas. **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Marília Carvalho de Melo, Secretária de Estado**, em 24/06/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30965276** e o código CRC **C8BE39E3**.

Referência: Processo nº 1370.01.0028655/2021-63

SEI nº 30965276